

Amnistia Internacional

Fundada em 1961

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



Lisboa

2011

Amnistia Internacional

Fundada em 1961





A passagem de um 50.º aniversário é sempre um motivo de celebração e, simultaneamente, um pretexto para evocar a longevidade e assinalar alguns dos traços principais do percurso já percorrido. Em 2011, a Amnistia Internacional, criada oficialmente em 1961, completa meio século de existência. A sua longevidade está intrinsecamente ligada à perseverança e determinação daquela organização numa luta constante e ininterrupta em prol dos Direitos Humanos em todo o mundo. Curiosamente, é a partir de um episódio ocorrido em Portugal, em 1961 (em que dois estudantes são detidos e posteriormente condenados por se manifestarem reclamando Liberdade numa esplanada do centro de Lisboa), que se irá desencadear um rápido e envolvente processo de solidariedades internacionais que culminará, poucos meses depois, com a criação da Amnistia Internacional. Também em 2011, a Secção Portuguesa da Amnistia Internacional assinala o seu 30.º aniversário, reforçando assim uma luta contra a violação dos direitos humanos que se estende hoje a mais de 150 países.

A Câmara Municipal de Lisboa, que também este ano concretizou o primeiro momento para a instalação, na antiga Cadeia política do Aljube, de um projecto museológico que evoque a resistência e a liberdade conquistada em Abril de 1974, está perfeitamente convicta da importância da defesa dos valores da Liberdade e dos Direitos Humanos, bem como do dever de registar o que, nesta matéria, se constituiu como memória colectiva e urge ser divulgado e partilhado por todos.

Em total solidariedade e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Amnistia Internacional na defesa intransigente dos Direitos Humanos no Mundo, é com grande consideração e estima que a Câmara Municipal de Lisboa se associa às Comemorações do 50.º Aniversário da Amnistia Internacional, atribuindo o nome da organização a um Jardim público da Cidade de Lisboa.

Estamos certos de que o espírito e os valores da solidariedade e do respeito prosseguidos pela AI encontrarão neste local de usufruto e de encontro público, um justo e digno acolhimento para tão nobre topónimo.

O Presidente da Câmara

António Costa



A SIGNATURE IS MORE POWERFUL THAN YOU THINK. WWW.AMNESTY.ORG 



Fundada em 1961, a Amnistia Internacional tem na sua origem um caso que envolve Portugal. O movimento foi formalmente lançado com a publicação no *The Observer* de 28 de Maio de 1961 do artigo «The Forgotten Prisoners/Os Prisioneiros Esquecidos»¹, no qual o advogado britânico Peter Benenson denunciou a condenação de dois jovens estudantes portugueses, a sete anos de prisão, por gritarem “Viva a Liberdade!” numa esplanada do centro de Lisboa, no âmbito das celebrações da República. Esta situação havia sido noticiada pelo *Daily Telegraph* em 1960 e Benenson, indignado, escreveu aos dirigentes políticos portugueses exigindo a libertação imediata dos dois jovens, ao mesmo tempo que encorajou o seu círculo de relações a fazer como ele e o sucesso desta manifestação criou o modo de acção da Amnistia Internacional: trabalhar para melhorar a vida das pessoas através de campanhas e de solidariedade internacional.

Ainda nessa edição do jornal londrino de 28 de Maio, o causídico denunciou outros casos mundiais e apelou aos países para que libertassem pessoas detidas por motivos de consciência, incluindo convicções políticas e religiosas, preconceitos raciais ou linguísticos. Peter Benenson reclamou também a organização de ajuda prática às pessoas presas e um mês após a publicação do apelo já havia recebido mais de mil ofertas de ajuda para coligir informação sobre casos, divulgá-las e entrar em contacto com governos. A primeira reunião internacional teve lugar em Julho de 1961, com delegados de 7 países – Bélgica, Reino Unido, França, Alemanha, Irlanda, Suíça e

¹ Esta 1ª campanha foi o Apelo para Amnistia 1961.



Anúncio publicitário sobre tráfico de seres humanos da Secção Alemã da Amnistia Internacional

EUA – que decidiram estabelecer “um movimento permanente em defesa da liberdade de opinião e de religião“. Um pequeno escritório e uma biblioteca, dirigidas por voluntários, abriram em Londres: *Peter Benenson’s chambers*. A “Rede dos Três” foi então estabelecida e consistia no facto de cada grupo da Amnistia Internacional adoptar 3 prisioneiros de diferentes áreas geográficas e políticas de modo a enfatizar a imparcialidade do trabalho de cada grupo. E nesse ano, no dia dos Direitos Humanos (10 de Dezembro), a primeira vela da Amnistia foi acesa na Igreja de *St-Martin-in-the-Fields*, em Londres. Aliás, é daqui que nasce a vela envolta em arame farpado que se tornou o logótipo da Amnistia.

A Amnistia Internacional ergue-se assim como uma organização não governamental para defesa dos Direitos Humanos, um movimento mundial de pessoas que fazem campanha pelo reconhecimento e respeito dos mesmos e que está hoje representada em mais de 150 países. A visão da Amnistia Internacional é a de um mundo em que cada pessoa usufrua de todos os Direitos Humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e noutros padrões internacionais de Direitos Humanos, com a missão de investigação e acção para prevenir e acabar com os graves abusos à integridade física e mental, à liberdade de consciência e expressão, a não ser discriminado, e também, de exigência de justiça para aqueles cujos direitos tenham sido violados.



Acção de recolha de assinaturas a propósito dos 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Lisboa, Julho 2008

A Amnistia Internacional averigua denúncias de prisões políticas, tortura ou execuções. Para isso, o Secretariado Internacional, através do seu Departamento de Investigação, recolhe toda a informação possível relacionada com os casos suspeitos, e em caso de necessidade envia missões de investigação ou de observação, embora também se obrigue à imparcialidade das suas tomadas de decisão, fundada na imposição às suas células de base de não tratarem de casos relacionados com o próprio país, à excepção do trabalho de divulgação activa dos Direitos Humanos, da luta contra a pena de morte ou a protecção dos refugiados objecto de perseguição política nos seus países de origem.

O 1º presidente do Comité Executivo Internacional da Amnistia (de 1963 a 1974) foi Sean MacBride e por influência desta organização vários marcos históricos foram conseguidos, desde a criação da força vinculativa conferida a direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais até à criação do Tribunal Penal Internacional, resultados conseguidos graças à influência dos 3,2 milhões de membros, apoiantes e activistas da Amnistia pelo mundo fora. A Amnistia Internacional acredita que os abusos de direitos humanos em qualquer lado são problemas de todos.

De assinalar também que a Amnistia defendeu prisioneiros de consciência que vieram a tornar-se Chefes de Estado e de Governo como são os casos de Agostinho Neto, Nelson Mandela e Vaclav Havel, entre outros.

Refira-se também o sucesso da acção da Amnistia Internacional na libertação de prisioneiros de consciência e resolução de outros casos. Saliente-se o de Wolfgang Welsh que em 1970 estava a cumprir o 6º ano de prisão na RDA, condenado por expressar as suas opiniões políticas em poesia e documentários e apelou através de um papel de cigarro que conseguiu fazer sair da prisão, onde descrevia a sua cela de 1,2m por 3,5m onde vivia isolado e sem luz solar e o seu caso foi adoptado pelo Grupo de Leeds, do Reino Unido, que começou a escrever às autoridades pedindo a sua libertação e pouco tempo depois a sua mãe foi autorizada a visitá-lo pela primeira vez desde a sua detenção e a 24 de Março de 1971 foi libertado. Também o músico Fela Kuti que escrevia canções com mensagens críticas sobre o governo militar nigeriano nas décadas de 70 e 80 do século XX foi condenado a 5 anos de prisão em 1984 e após uma campanha para a sua libertação tal sucedeu em 1986. Jack Mapange foi detido em 1987 pelas autoridades do Malawi, em regime de incomunicabilidade durante algum tempo, devido à sua poesia crítica ao governo do Presidente Kamuzu Banda e foi libertado em 1991. Radhia Nasraoui é uma advogada e activista de direitos humanos tunisina, cujo marido, porta-voz do partido comunista, foi preso e torturado em 1994 e libertado por campanha da AI, assim como ela própria tem sido apoiada nas perseguições que lhe movem por ser co-fundadora da associação *Fight Against Torture in Tunisia*. A Amnistia Internacional não desistiu de pressionar a comunidade internacional para a necessidade de criar mais mecanismos legais que assegurassem uma maior garantia dos direitos económicos, sociais e culturais das pessoas e o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais foi adoptado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008, permitindo que indivíduos e grupos procurem justiça junto das Nações Unidas quando os seus direitos económicos, sociais e culturais são violados, tendo activistas da Amnistia Internacional estado envolvidos nas campanhas em 40 países e continuam a pressionar todos os Estados para fazerem parte do Protocolo. Integrado na Campanha “Exija Dignidade”, no dia 22 de Setembro de 2009, a Amnistia Internacional lançou um relatório sobre o custo da saúde materna na Serra Leoa e uma campanha para reduzir a mortalidade materna neste país e, no dia seguinte, na Assembleia Geral da ONU, o Presidente da Serra Leoa anunciou o serviço de saúde gratuito, a partir de Abril de 2010, para mulheres grávidas ou a amamentar e para crianças com



Make Some Noise foi uma campanha mundial que teve como origem a oferta do “songbook” de John Lennon à Organização, através da sua viúva Yoko Ono e que reuniu diversos artistas internacionais num disco de apoio às campanhas e ações da Amnistia Internacional



Manifestação pelos Direitos Humanos em Angola, organizada pela Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, Lisboa, Maio 2010

menos de 5 anos e durante os meses de Setembro e Outubro de 2009, uma “caravana” da Amnistia Internacional, com músicos e um grupo de teatro, andou a percorrer a Serra Leoa com a intenção de fazer chegar às pessoas informação sobre a saúde materna.

O órgão soberano da Amnistia Internacional é o ICM (*International Committee Meeting*), a assembleia geral mundial de delegados de todas as estruturas que reúne de 2 em 2 anos, assumindo o Fórum de Presidentes (de todas as secções) as suas funções entre cada reunião. Este órgão elege o Comité Executivo Internacional da Amnistia (CEI) que providencia orientações e liderança para o movimento da Amnistia Internacional por todo o mundo e reúne-se regularmente ao longo do ano. É composto por 9 pessoas, sendo metade dos seus membros eleita para mandatos de 4 anos e a outra metade para mandatos de 2 anos, de forma a garantir a continuidade mas cada membro só pode levar a cabo um máximo de dois mandatos consecutivos.

Os actuais membros do CEI são Bernard Sintobin (Tesoureiro Internacional – Bélgica), Christine Pamp (Suécia), Euntae Go (Coreia do Sul), Guadalupe Rivas (México), Julio Torales (Paraguai), Louis Mendy (Senegal), Peter Pack (Presidente do CEI – Reino Unido), Pietro Antonioli (Itália), Tjalling J. S. Tiemstra (Holanda), Vanushi Rajanayagam Walters (Nova Zelândia) e, desde Julho de 2010, o líder operacional do movimento, o Secretário-geral, é Salil Shetye (Índia).

Nestes 50 anos de vida da Amnistia Internacional são ainda marcos históricos de reconhecimento o Prémio Nobel em 1971, o Nobel da Paz em 1974 para o Presidente da organização e, três anos depois (1977), o mesmo prémio para a própria organização. Em 2004, a Amnistia foi também agraciada com a Medalha Chico Mendes de Resistência atribuída pelo Grupo Tortura Nunca Mais e em 10 de Dezembro de 2006, Portugal através da Assembleia da República² concedeu-lhe o Prémio de Direitos Humanos.

A Amnistia Internacional é financiada através da quotização e de donativos dos seus membros e simpatizantes em todo o mundo, como salvaguarda da independência da organização face a qualquer governo, ideologia política, interesse económico ou religião. Todas as contribuições são estritamente controladas por directrizes do Conselho Internacional, publicando-se anualmente um relatório financeiro relativo às receitas e despesas da organização.

A Secção Portuguesa da Amnistia, Amnistia Internacional – Portugal ou abreviadamente AI-Portugal, nasceu em 18 de Maio de 1981, completando agora 30 anos.

Ainda recentemente foi visível a sua acção, por ocasião da visita a Portugal de Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, ao promover uma concentração para manifestar a sua preocupação pela situação dos Direitos Humanos naquele país, chamando a atenção para a continuada prisão de Liu Xiaobo, Prémio Nobel da Paz de 2010, bem como da sua mulher Liu Xia, de uma cineasta tibetana e de um jornalista uigur³, para além da pena capital que pende entre outros sobre Lau Fat Wai, cidadão de nacionalidade portuguesa, residente em Macau.

A AI-Portugal tem igualmente promovido campanhas para abolição da pena de morte; para levar à justiça os responsáveis pelos abusos aos Direitos Humanos na luta contra o terrorismo; para acabar com a violência sobre as mulheres nos três pontos fulcrais da violência doméstica, da violência no namoro ou da vio-

² A Assembleia da República atribui todos os anos, nesta data em que foi assinada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, este prémio “destinado a reconhecer e distinguir o alto mérito da actividade de organizações não governamentais ou do original de trabalho literário, histórico, científico, jornalístico, televisivo ou radiofónico, publicado em Portugal entre 1 de Julho do ano anterior e 30 de Junho do ano da atribuição, que contribuam para a divulgação ou o respeito dos direitos humanos, ou ainda para a denúncia da sua violação, no país ou no exterior, da autoria individual ou colectiva de cidadãos portugueses ou estrangeiros”.

³ Os uigures são uma das 56 etnias oficialmente reconhecidas na China que de acordo com o recenseamento chinês de 2004 são aproximadamente 8.68 milhões de pessoas, habitando principalmente a região autónoma chinesa de Xinjiang.



Sede da AI – Portugal, na Avenida Infante Santo, 42, 2º

lência contra as idosas; para a erradicação da mutilação genital feminina; para apelar à criação de um Tratado de Comércio de Armas a nível global que estabeleça normas rigorosas quanto às transferências de armas internacionais e responsabilize fornecedores e comerciantes de armamento (“Controlar as Armas”); para quebrar o ciclo da pobreza e defender os direitos e dignidade destas pessoas (“Exija Dignidade”) e, para terminar com uma das violações dos direitos humanos mais graves e subtis que é a discriminação.

Está igualmente a desenvolver a nível nacional uma campanha de angariação de membros e apoiantes junto de empresas, câmaras municipais e ordens profissionais para envolver os seus colaboradores enquanto cidadãos.

No mandato 2010/12, a Amnistia Portugal tem nos seus cargos dirigentes, que significativamente designa como “As nossas pessoas”, a presidência de uma mulher, Lucília-José Justino, a quem se somam Armando Paulo Borlido como Vice-Presidente, Ricardo Mendes Ferreira como Tesoureiro, Ana Sofia Monteiro como Secretária e os Vogais Paulo Pinto Albuquerque, António Belo, Joana Froes, Melanie-Anne Morais e Ana Margarida Ferreira. Joaquim José Pereira Ruivo é o presidente da Assembleia-Geral e Fernando Faria de Castro o presidente do Conselho de Responsabilização e Controlo, assim como Pedro Krupenski é o Director Executivo do Secretariado Nacional.



Acção de rua a propósito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza - o público foi convidado a deixar uma mensagem sobre a pobreza no mural da Amnistia Internacional, Lisboa, Outubro 2009

Acção de sensibilização sobre a tortura e maus tratos, que recriou os voos de "rendição" (prática secreta de transporte de prisioneiros acusados de terrorismo), Lisboa, Junho 2008



Acção de sensibilização e angariação de fundos da Secção Chilena da Amnistia Internacional

Como ONG e princípios de imparcialidade e independência, não recebe fundos de entidades governamentais e de empresas, das quais apenas aceita donativos em serviços ou patrocínios e que não ultrapassem os 15% do orçamento anual da secção e desde que sejam para acções de Educação para os Direitos Humanos.

Neste ano de 2011 em que a Amnistia Internacional comemora o seu 50º aniversário e a sua secção portuguesa 30 anos, a Câmara Municipal de Lisboa associa-se a esta efeméride homenageando esta instituição com a atribuição do seu nome aos Jardins de Campolide, localizados na confluência da Rua de Campolide, a Avenida José Malhoa e a Rua Cardeal Saraiva, na freguesia de Campolide.

**STOP
VIOLENCE
AGAINST
WOMEN**



Campanha
"Parar a Violência
contra as Mulheres"

Anúncio publicitário da Campanha "Exija Dignidade" cujo objectivo é contribuir para quebrar o ciclo de exclusão, privação e insegurança que encurrala as pessoas na pobreza

O PROBLEMA NÃO SÃO OS ANIMAIS QUE VIVEM COMO PESSOAS.

SÃO AS PESSOAS QUE VIVEM COMO ANIMAIS.



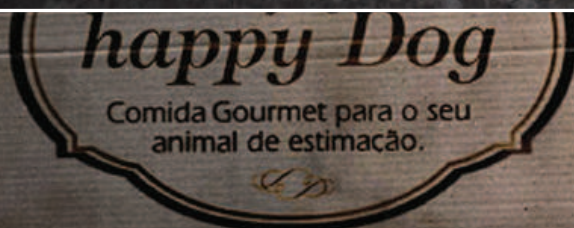
PROBLE

SÃO AS P

MOVIMENTO
INDIGNADOS
COM A POBREZA
E DESIGUALDADE
SOCIAL

AMNISTIA
INTERNACIONAL
PORTUGAL

junte-se a nós em: www.amnistia-internacional.pt



Bibliografia

- Site da Amnistia Internacional
- Portugal In <http://www.amnistia-internacional.pt/>
- Com. 0231/2010 da Amnistia Internacional
dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
de 19 de Março de 2010

FICHA TÉCNICA

Edição

Câmara Municipal de Lisboa
Comissão Municipal de Toponímia

Título

Amnistia Internacional

Autor

Paula Machado

Coordenação

António Trindade
Jorge Pereira da Silva
Rui Lourido

Design

Rui A. Pereira
Teresa Sancha Pereira

Colaboração Gráfica

Albino Teresa
Manuel Rocha

Tiragem

500 ex.

Ano

2011

Depósito Legal

N.º /11

Execução gráfica

Imprensa Municipal de Lisboa

